



Raylane Andreza Dias Navarro Barreto,*
Maria Eduarda Gomes Belo da Silva** y
Hemilly Suenny da Silva***

Política como ação educativa: mulheres contra a ditadura civil militar no Brasil****

RESUMO

Este artigo traz o resultado do mapeamento de mulheres presas políticas no estado de Pernambuco-Brasil, objetivando compor o perfil educacional das mulheres submetidas à perseguição durante a ditadura civil-militar (1964-1985). A metodologia utilizada enveredou pela pesquisa bibliografia e documental a partir de prontuários e fichas policiais da Delegacia de Ordem Política e Social e do relatório da Comissão Estadual Memória e Verdade estadual. Os resultados consideram 225 mulheres e, a partir dos dados encontrados, com perfis ecléticos, no tocante à formação e à origem familiar e social, entretanto muito próximos entre si quanto à formação política,

* Professora do Centro de Educação da UFPE-Brasil onde atua no Programa de Pós-graduação em Educação e no Mestrado Profissional em Educação Básica. Fez Doutorado em Educação pela UFRN-Brasil e Pós-doutorado pela Universidade de Lisboa. Líder do Grupo de estudos e pesquisa Interdisciplinar em Formação Humana, Representações e Identidades (GEPIFHRI) e coordenadora do Projeto “A relação Mulheres, Educação e Regime político autoritário no nordeste do Brasil (1964-1978)”, financiado pelo Edital Universal MCTIC/CNPq 2021. E-mail: raylane.navarro@ufpe.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5602-8534>

** Graduada em Pedagogia pela UFPE-Brasil onde foi aluna de Incitação Científica com bolsa CNPq. Membro do Grupo de estudos e pesquisa Interdisciplinar em Formação Humana, Representações e Identidades (GEPIFHRI). E-mail: eduarda.belo@ufpe.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2883-5363>

*** Graduada em História pela UFPE-Brasil onde foi aluna de Incitação Científica com bolsa Facepe. Membro do Grupo de estudos e pesquisa Interdisciplinar em Formação Humana, Representações e Identidades (GEPIFHRI). E-mail: hemilly.suenny@ufpe.br. Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-8489-0333>

**** Este artigo descende do projeto “A relação mulheres, educação e regime político autoritário no nordeste do Brasil (1964-1978)” financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico a partir do edital Universal MCTIC/CNPq 2021. Revisão e normatização pagas com recurso do edital 02/2023 Propesqi/UFPE.

sobretudo partidária, o que nos permite concluir que suas trajetórias devem ser conhecidas, tendo em vista o “educar para o nunca mais”.

PALAVRAS-CHAVE

História de mulheres • história da educação • Pernambuco • regime civil-militar

La política como acción educativa: mujeres contra la dictadura cívico-militar en Brasil

RESUMEN

Este artículo presenta los resultados del censo de mujeres políticas encarceladas en el estado de Pernambuco-Brasil, con el objetivo de componer el perfil educativo de las mujeres perseguidas durante la dictadura cívico-militar (1964-1985). La metodología utilizada se apoyó en la investigación bibliográfica y documental basada en registros policiales de la Comisaría de Orden Política y Social de Pernambuco y de la Comisión Estadual *Memória e Verdade*. Los resultados consideran a 225 mujeres, según los datos encontrados, con perfiles eclécticos en lo que respecta a la formación y el origen familiar y social; sin embargo, muy cercanos entre sí en cuanto a formación política, especialmente partidaria, lo que permite concluir que sus trayectorias deben conocerse en función de “educar para el nunca más”.

PALABRAS CLAVE

Historia de la mujer • historia de la educación • Pernambuco • régimen cívico-militar

TITLE

Politics as educational action: women against civil military dictatorship in Brazil

ABSTRACT

This article presents the results of mapping women political prisoners in the state of Pernambuco, Brazil, aiming to compose the profile of subjected women to persecution during the civil-military dictatorship (1964-1985). The methodology was based on bibliographical and documentary research based on medical records and police records of the Political and Social Order Police Station and the State Commission for Memory and Truth report. The results consider 225 women and, based on the data found, eclectic profiles, regarding family and social origin and background, however very close to each other regarding political background, especially partisan, which allows us to conclude that their trajectories should be known, considering the “educate for never again” approach.



KEYWORDS

Civil-military regime • history of women • history of education • Pernambuco
• regime civil-militar

INTRODUÇÃO

O presente artigo reúne os resultados da investigação que teve por objetivo fazer o mapeamento de mulheres presas e consideradas perseguidas políticas no estado de Pernambuco, nordeste do Brasil, durante o período do regime civil-militar no país, nos anos de 1964 a 1978, respectivamente, anos do golpe civil militar e do fim do Ato institucional número 5 (AI5), que decretava a supremacia presidencial. O mapeamento foi produzido a partir da pesquisa documental e bibliográfica. A proposta, para este artigo, foi recompor os percursos (auto)formativos de mulheres presas e/ou perseguidas politicamente durante o regime civil militar. Para tanto, baseamo-nos na perspectiva da história cultural, tendo como ponto de partida a obra de Perrot (2006), para quem a atuação política e social das mulheres ao longo da história é pouco registrada em documentos oficiais e, quando registrada, é feita em sua imensa maioria por terceiros (homens). Neste sentido, o que nos mobilizou para esta pesquisa foi o interesse em entender qual e como foi a participação feminina neste emblemático período político da história do Brasil, marcado pelo cerceamento da liberdade e pelo desrespeito aos direitos humanos. A hipótese deste trabalho soma-se às de pesquisas já realizadas que trazem mulheres atuando no espaço público e consideram que a participação política de esquerda foi forjada nas suas diferentes formas de atuação: em partidos políticos, organizações clandestinas, sindicatos, movimentos estudantis e movimentos de luta armada, sendo, por isso, perseguidas, presas, violentadas e, em muitos casos, mortas.

Neste sentido, com o resultado da pesquisa buscamos contribuir para a desmistificação de paradigmas consolidados, em especial, da educação de mulheres voltadas ao cuidado, na medida em que, a partir de elementos da formação política militante e de investimentos educacionais (formais/não-formais/informais) e agenciamentos sociais, familiares e políticos, encontramos perfis femininos múltiplos, mas que têm em comum a luta pela liberdade política e ideológica. Elementos estes que constituem identidades e revelam uma nova perspectiva acerca da história das mulheres, porém, não mais vistas como vítimas, mas sim como mulheres ativas, como nos fez entender Perrot (2006).

Como fontes de pesquisa foram investigadas, para além da bibliografia citada no decorrer do texto, os documentos encontrados no Arquivo Público de Pernambuco, ou seja, fichas e prontuários individuais da Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco (DOPS), acervos digitais que incluem os processos judiciais, certidões e mortuários das mulheres presas e/ou perseguidas do e no estado de Pernambuco.

A análise dos documentos foi orientada por Pinsky *et al.* (2008, p. 31), para quem os documentos policiais são “[...] acervos, de maneira geral, relativos à ação

repressora do Estado, em contravenções as mais diversas enquadradas, com indivíduos capturados, julgados e presos”, e também por Amaral (2007, p. 5) que deixa clara a importância do “[...] levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações relacionadas à pesquisa”. As análises documentais nos permitiram não apenas conhecer os supostos crimes cometidos pelas presas políticas do período, mas também entender a dinâmica de suas formações militantes e políticas, uma vez que as características do governo ditatorial em curso no período prendiam e perseguiram, sob a alegação de que eram traidores da Pátria e comunistas, todos aqueles e aquelas que não comungassem com suas deliberações.

Uma fonte de suma importância para esta análise foi o relatório da Comissão Estadual da Verdade Dom Helder Câmara, que reúne, em dois volumes, as informações referentes aos sujeitos e sujeitas que foram alvo do regime político autoritário em Pernambuco, o que nos ajuda não somente no entendimento do direito à memória das vítimas mas também na compreensão de perfis de resistência de muitas dessas pessoas, cujas vozes, parafraseando Pinsky *et al.* (2008), são evidenciadas nos fragmentos de sua existência advindos das fontes documentais. Vozes estas encontradas em livros, artigos, trechos de jornais, documentários e entrevistas e que nos auxiliam nas interpretações dos aspectos da vida e motivações políticas de tais mulheres e que nos permitem ver a política como elemento educativo e formativo.

Neste artigo, organizamos a análise dos dados do mapeamento em três subseções, sendo a primeira dedicada ao contexto histórico brasileiro, cujo intuito foi evidenciar os marcadores políticos educacionais e sociais da época; a segunda, com a análise dos dados, incluindo as informações pessoais, sociais e documentais referentes às mulheres; e a terceira, onde se realiza uma discussão acerca desses dados, conectando-os com as pesquisas mais recentes sobre esta temática.

O CONTEXTO DO AUTORITARISMO NO BRASIL

Antes mesmo do golpe de 1964, o Brasil já havia vivenciado um contexto de governo ditatorial, isso porque a terceira fase do governo de Getúlio Vargas, conhecida como Estado Novo (1937-1945), deu, aos brasileiros e brasileiras, o gosto amargo do autoritarismo.

O Brasil vinha de um contexto de promulgação da nova Constituição de 1934, elaborada por uma Assembleia Nacional Constituinte, que trouxe como conquistas o direito ao voto secreto e direto, pluralidade sindical, direitos civis e liberdade de expressão dos cidadãos e, como conquista feminina, tivemos o direito ao voto das mulheres, tanto no papel de eleitoras, como no papel de elegíveis para cargos políticos.

Com o golpe de Getúlio Vargas para continuar no poder, o Brasil dá um passo para trás, instaurando-se uma ditadura, uma vez que, valendo-se do uso de narrativas distorcidas acerca do comunismo (a exemplo de serem estes comedores de criancinhas, assassinos contumazes, pactuados com o diabo, entre outras narrativas ficcionais que convenciam os menos instruídos da sua “maldade”), angariou



simpatizantes e implantou um regime marcado pelo autoritarismo, representado, entre outros elementos, pelo uso das forças policiais contra seus opositores e opositoras, pela censura nos meios de comunicação e aplicação de duras penas e perseguições políticas a quem a ele se opusesse. Para sedimentar tal façanha, Vargas fechou do Congresso Nacional e outorgou uma nova Constituição.

É válido ressaltar que o apelo a um possível “golpe comunista” foi elemento decisivo para a instalação do regime autoritário de Vargas, e tal apelo surge como reação à represália do movimento comunista, nomeado de Revolta Vermelha, que teve início em 27 de novembro de 1935, feito pelo PCB (Partido Comunista Brasileiro) em nome da Aliança Nacional Libertadora, que tinha como líder Luís Carlos Prestes. Esse movimento tinha ligação com a direção da Internacional Comunista, cuja integrante de destaque é a figura feminina Olga Benário (1908-1942), cidadã alemã, de origem judaica, que veio ao Brasil para compor a luta contra as oligarquias, o imperialismo e o fascismo que se alastrava mundo afora – naquele momento, no Brasil.

Foi se utilizando da narrativa anticomunista que Vargas permaneceu no poder, embora desta feita, de maneira autoritária. Como primeira medida, outorgou a nova Constituição, em 10 de novembro de 1937, que, entre outros aspectos autorizava o cerceamento da liberdade dos cidadãos contrários ao seu governo, a censura, cassação de mandatos eleitos e estabelecimento de uma proposta conservadora de governo. O próprio documento da Constituição de 1937 traz em seu conteúdo o explícito combate ao comunismo, quando evidencia: “ATENDENDO ao estado de apreensão criado no País pela infiltração comunista, que se torna dia a dia mais extensa e mais profunda, exigindo remédios, de caráter radical e permanente [...]” (Brasil, 1937, grifo autor).

A queda do Estado Novo ocorreu sob um contexto mundial de crise, devido ao evento da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), esta, consequentemente, desencadeou as agruras nas exportações agrícolas brasileiras, dando espaço para o processo de intensificação da industrialização do Brasil, que trouxe como exigência o fim do governo ditatorial e apoio à democracia, sendo Vargas deposto pelas forças militares em 1945. Neste mesmo ano, tem-se as eleições para presidente da república, que elegeu o antigo ministro de Vargas, Eurico Dutra (1946-1951), como presidente, sendo seus sucessores o próprio Getúlio Vargas (1951-1954) – desta feita eleito –, Café Filho (1954-1955), Carlos Luz (1955), Nereu Ramos (1955-1956), Juscelino Kubitschek (1956-1961), Jânio Quadros (1961), Ranieri Mazzilli (1961), João Goulart (1961-1964).

O GOLPE MILITAR DE 1964

A experiência política do Brasil não deixou de flertar com governos ditatoriais até que, no ano de 1964, o país foi vítima do golpe que resultou no Regime Civil-Militar (1964-1985). Há de se ressaltar que tal denominação não é arbitrária, pois os acontecimentos que se sucederam ao golpe que implantou essa forma de governo

contou com o apoio não só de militares, mas também de uma parcela significativa da população brasileira, sobretudo empresários que apoiaram ideológica e financeiramente tal revés.

O regime autoritário implantado em 1964 pode ser analisado a partir da renúncia de Jânio Quadros do cargo da presidência, em 1961. A partir daí o Brasil passou por um período estratégico de Parlamentarismo que, embora tenha garantido ao Vice-Presidente eleito, João Goulart, assumir o cargo de Presidente da República, o deixou sem plenos poderes. Segundo Araújo *et al.* (2013), em 1963, o regime presidencialista no Brasil foi restaurado, após a realização de um plebiscito conquistado por meio de ações populares, como as greves em diversas capitais do país, cujos participantes exigiam a posse do presidente, e também por meio do apoio de grupos políticos de esquerda e nacionalistas, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), União Nacional dos Estudantes (UNE) e Liga das Camponesas.

Mesmo com a vitória e posse de João Goulart, a movimentação política continuou e, como próxima investida, os setores militares articularam a destituição de Goulart da presidência. Nesse momento, se iniciou no país, mais uma vez, um processo intensificado de polarização política da sociedade brasileira, visto que os projetos de Goulart, que, a partir de então, contava com os poderes presidenciais restabelecidos, incluíam reformas nos principais pilares do país, sendo elas a reforma administrativa, fiscal, universitária e, em especial, a reforma agrária.

Os posicionamentos políticos de João Goulart geraram grande insatisfação dos setores mais conservadores do país, com destaque para os grandes latifundiários, parlamentares conservadores e militares. A presença de parlamentares e militares no Congresso Nacional, impediu, portanto, que João Goulart aprovasse as reformas de base de seu governo e, para além de impedir, a direita conservadora resgatou o discurso de ameaça comunista como base para a instauração do golpe militar. Ainda segundo Araújo *et al.* (2013), o estopim foi o discurso de João Goulart proferido no Comício de 13 de março de 1964, onde este fez o anúncio do Decreto da Superintendência da Política da Reforma Agrária (Supra) que possibilitava a desapropriação de terras às margens de rodovias e ferrovias federais, o que gerou grande comoção da população, como analisam Araújo *et al.* (2013, p. 15):

O medo da radicalização dessas medidas e de um suposto “perigo comunista” levou milhares de pessoas às ruas nas “Marchas da Família com Deus pela liberdade”, organizada por clérigos e entidades femininas, realizadas em várias cidades do país, sendo algumas delas apoiadas por seus governantes.

Como fruto de tais investimentos, o golpe civil militar teve início no dia 31 de março de 1964, com uma rebelião liderada por Olímpio Mourão Filho que, juntamente com as suas tropas, marchou de Belo Horizonte, em Minas Gerais, rumo ao Rio de Janeiro, no intuito de destituir o governo vigente pelo uso da força militar. E assim, no dia 02 de abril de 1964, fora convocada uma reunião extraordinária na qual foi decretada a vaga à presidência do país, anunciada pelo presidente do



senado Auro Soares de Moura de Andrade, fato este que contou com o apoio de Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, Adhemar Barros, entre outros políticos, e que consolidou o golpe militar no Brasil. Após essa reunião, Ranieri Mazzilli assumiu provisoriamente a presidência do Brasil, até a emissão do Ato Institucional nº 1, em 09 de abril de 1964, que, em tom de revolução e não de golpe, afirmava:

A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma. Ela destitui o governo anterior e tem a capacidade de constituir o novo governo. Nela se contém a força normativa, inerente ao Poder Constituinte. Ela edita normas jurídicas sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória. Os chefes da revolução vitoriosa, graças à ação das Forças Armadas e ao apoio inequívoco da Nação, representam o Povo e em seu nome exercem o Poder Constituinte, de que o Povo é o único titular. O Ato Institucional que é hoje editado pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em nome da revolução que se tornou vitoriosa com o apoio da Nação na sua quase totalidade, se destina a assegurar ao novo governo a ser instituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria. A revolução vitoriosa necessita de se institucionalizar e se apressa pela sua institucionalização a limitar os plenos poderes de que efetivamente dispõe (Brasil, 1964, s/p).

A partir desse momento, a junta militar já estava organizada politicamente com suas bases para a instauração do regime civil-militar brasileiro, que teve duração de 21 anos, e suas principais características incluem os atos institucionais, que, entre outros aspectos, legitimava, como já anunciado, a censura aos meios de comunicação, a repressão em setores político e cultural, a violência policial que agredia, prendia, torturava e matava quem se opusesse ao regime ora imposto, tudo às vistas de boa parte da sociedade brasileira que, convencida do discurso de ameaça comunista, validava as suas ações. Foi em meio a este terror que viveram as mulheres militantes de Pernambuco, cujas experiências políticas serão evidenciadas nos tópicos seguintes.

O CONTEXTO DITATORIAL EM PERNAMBUCO: O ESTADO COMO UM CAMPO DE DISPUTA POLÍTICA

Pernambuco, assim como a maioria dos outros estados brasileiros, não ficou alheio ao golpe, uma vez que teve seu governador, eleito democraticamente, destituído do cargo, ficando em seu lugar um interventor. No primeiro dia dessa parte da história brasileira, ocorreu, na Av. Guararapes, em Recife, uma manifestação que reuniu



personas que se oponían a la deposición – eran hombres y mujeres, estudiantes, personas pertenecientes a organizaciones de izquierda – e que terminó con un enfrentamiento directo entre policía militar y manifestantes, resultando en la muerte de dos jóvenes estudiantes asesinados a tiros: Jonas José de Albuquerque Barros e Ivan da Rocha Aguiar.

Como se no bastase o derramamento de sangue em tão pouco tempo, boa parte da mídia também desempenhou um papel de legitimação de tais atos de violência policial contra as pessoas que se manifestavam contrárias ao golpe civil-militar. Como exemplo disso, temos as publicações no Diário de Pernambuco, trazendo manchetes cujos títulos revelavam a narrativa pró golpe, como: “Espíões soviéticos tinham livre trânsito no Recife, diz delegado”,¹ “Sindicato dos bancários era agência dos comunistas”,² “Missão da UNE era organizar o PC³ nas escolas: documentos provam ação subversiva da UNE”.⁴

Com base neste cenário violento e manipulador, podemos observar dois caminhos distintos que explicitam bem a polarização civil que o Estado vivenciava em uma situação de grande tensão política. De um lado, tinha-se uma parcela da população que se posicionava a favor dos latifundiários, senhores de engenho e usineiros que, na defesa de seus interesses, demonizavam a luta dos camponeses e se posicionavam contrários à reforma agrária. Do outro lado, havia as organizações de esquerda que, no caso de Pernambuco, possuía grande força na região da Zona da Mata. Estavam ali, como organização, por exemplo as das Ligas Camponesas, organizações da Igreja Católica progressista, o próprio Movimento Estudantil, com os estudantes secundaristas e universitários, além de partidos políticos, como o Partido Comunista Brasileiro. Tendo em vista esta tensão política vigente no estado, Pernambuco foi, naquele momento, como aponta Antônio Callado, “[...] o maior laboratório de experiências sociais e o maior produtor de ideias do Brasil” (1980, p. 46 *apud* Silva, 2017, p. 26). Tal comentário dialoga com Silva (2017, p. 28), quando esta afirma que Pernambuco se tornara no “pós-golpe um dos Estados de maior efervescência na militância contra a ditadura civil-militar e também um dos mais perseguidos, configurando-se como um dos Estados em que mais se praticou a tortura”.

Este era o contexto vivenciado pelas pessoas militantes do estado de Pernambuco. Homens e mulheres contrários ao regime autoritários sofreram todas as formas de aversão e represália possíveis. As mulheres eram submetidas a formas de tortura que visavam docilizar seu corpo, na medida em que eram eles usados como meio para corrigir as atitudes consideradas subversivas e militantes, por meio de estupros, gravidez, torturas físicas e psicológicas durante a gestação e também de seus filhos.

Ainda que postas sob tal situação, essas mulheres demonstraram grande força ao serem resistência contra o período ditatorial e, por esta razão, trazer à cena

1 Jornal *Diário de Pernambuco*, 09/05/1964.

2 Jornal *Diário de Pernambuco*, 10/05/1964.

3 Partido Comunista.

4 Jornal *Diário de Pernambuco*, 12/05/1964.



suas histórias é de suma importância, para estender o olhar acerca das ações das mulheres, que souberam ampliar seus papéis e desmistificar o simbolismo sexual que as representava. Além disso, essa recuperação memorialística nos permite entender aspectos do movimento do gênero feminino na História política brasileira. Isto porque quando somados as produções autobiográficas ou mesmo aos livros de memórias e demais produções acadêmicas sobre o período, conseguimos ampliar as lentes do caleidoscópio histórico e entender a militância política como processo formativo fundamental para atuação das mulheres no espaço público. Por certo foram poucas as mulheres que rememoram o período e o que nele passou em livros ou mesmo por meio de entrevistas, por isso esses tipos de fontes (processos policiais e de pedidos de indenização) ainda se constituírem fundamentais para compreender os processos de militância e formação política em regimes autoritários.

AS TRAJETÓRIAS FORMATIVAS DAS MULHERES EM PERNAMBUCO: RESULTADOS ALCANÇADOS DO MAPEAMENTO

Como anunciado, o mapeamento de Pernambuco revelou o nome de 225 mulheres presas e/ou perseguidas, cujos registros estão na Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), na Colônia Penal Bom Pastor e nos dois volumes do relatório da Comissão Estadual Memória e Verdade Dom Helder Câmara. Desses nomes, há informações totais ou parciais apenas sobre 62%. Sendo assim, os resultados apresentados aqui estão focados em 140 mulheres. Os dados obtidos, representados nos gráficos 1, 2 e 3, exibem um perfil eclético dessas mulheres no que diz respeito às suas origens, formação profissional e/ou acadêmica. Também são distintas suas experiências, seja em grupos e/ou partidos políticos, ou com as pessoas com as quais estas se relacionavam amorosamente.

O encontro dessas mulheres ocorre no engajamento e na resistência política em oposição ao governo ditatorial, o que, conseqüentemente, as levaram à prisão e registro no DOPS-PE. Tais mulheres ingressaram em partidos e/ou grupos de esquerda, participaram da luta armada, do confronto com as forças policiais, se fizeram presentes nas reuniões clandestinas, nos comícios relâmpagos, na confecção, impressão e distribuição de panfletos, enfim experiências várias que as forjaram politicamente. Isto porque, como nos ensina Thompson (2004) o “fazer-se” passa pelas experiências e essas são condicionadas pelas ações, mas também por seus condicionantes. E é justamente nessa experiência no espaço público, a partir da militância, que podemos entender a política como elemento formativo, como educação. E não sem razão tais mulheres marcam, individual e/ou coletivamente, a história de Pernambuco, e as memórias e documentos encontrados sobre suas batalhas nos permitem compreender o papel feminino frente à ditadura civil-militar. Nas seções seguintes, é feita uma análise mais detalhada acerca dos dados levantados para o mapeamento de tais mulheres.

Gráfico 1

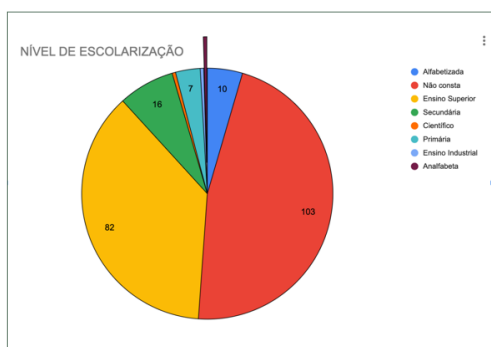


Gráfico 2

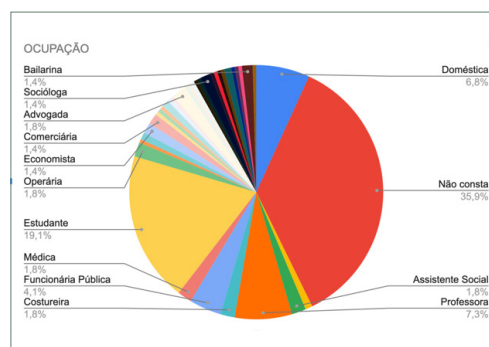
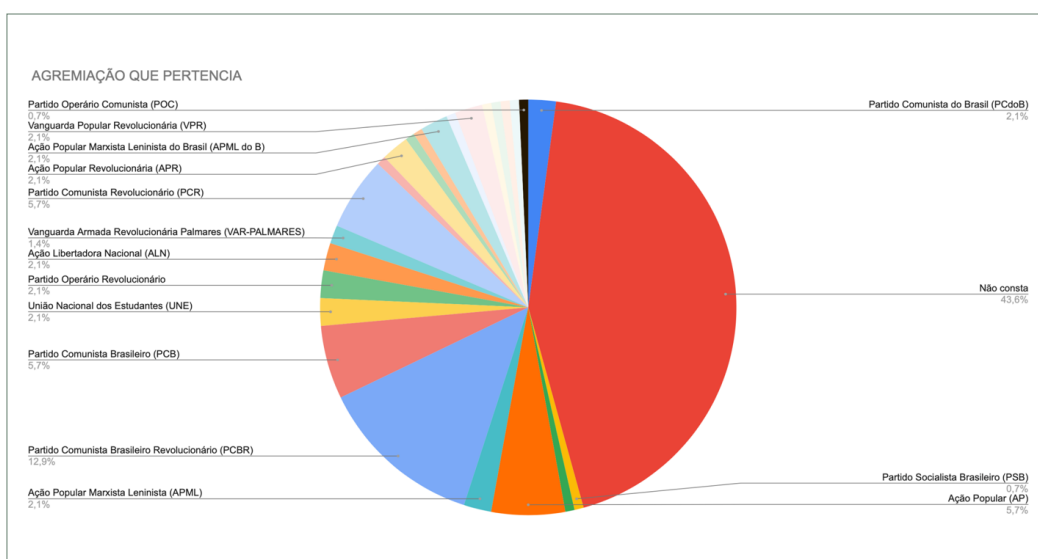


Gráfico 3



Fonte: Gráficos elaborados a partir do mapeamento que teve como fontes as fichas policiais, processos de anistia de presos políticos e o relatório da Comissão da Verdade Dom Hélder Câmara.

SOBRE NATURALIDADE, RAÇA, ESTADO CIVIL, CLASSE SOCIAL, OCUPAÇÕES E ESCOLARIDADE

O primeiro tópico a ser abordado diz respeito à naturalidade das mulheres presas e/ou perseguidas em Pernambuco, e, como primeiro ponto a ser analisado, é válido ressaltar o que concluía Silva ao estudar o estado no período:

Os movimentos, vivências, experiências de luta eram os mais diversos possíveis. Pernambuco tornou-se atrativo para vários segmentos da militância pela multiplicidade de direcionamentos políticos que englobava, desde o grande número de trabalhadores operários na cidade de Paulista-PE, que trazia a possibilidade de organização do operariado [...] Outro fator era o grande número de estudantes concentrados na cidade do Recife, além da forte organização do Movimento Estudantil



Secundarista e Universitário e da Zona da Mata [...] Aliado a tudo isso, Pernambuco ficava espacialmente distante de alguns centros de militância, como Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, o que fazia com que militantes conhecidas ou procuradas nessas localidades migrassem para Pernambuco como forma de proteção com a possibilidade de continuar o trabalho de militância, angariando mais gente para o combate à ditadura civil-militar (Silva, 2017, p. 30, *sic*).

Tendo em vista as questões acima pontuadas, a naturalidade das mulheres presas e/ou perseguidas em Pernambuco se apresenta de maneira bastante variada. Temos a presença de 13 estados brasileiros, sendo 9 deles do nordeste do país, 1 do norte, 2 do sudeste e apenas 1 do sul. Em nossas investigações, foram identificadas: 49 de Pernambuco, 20 da Paraíba, 16 do Ceará, 8 de Minas Gerais, 6 de Alagoas, 4 do Pará, 4 do Rio Grande do Norte, 2 de Sergipe, 1 da Bahia, 1 do Piauí, 5 de São Paulo, 4 do Rio de Janeiro, 3 de Goiás, 4 do Rio Grande do Sul e 3 do exterior, sendo 1 do Paraguai, 1 do Uruguai e 1 da República Tcheca. Soma-se então, 127 mulheres com a naturalidade identificada. Esses dados evidenciam o grau de adesão que tinha o movimento de resistência ao regime e as mobilidades possíveis.

Os dados referentes à cor/raça das mulheres presas e/ou perseguidas em Pernambuco são deveras escassos, devido a dois fatores: 1) A ausência do preenchimento de tal informação nos Fichas policiais e Prontuários Individuais destas mulheres e 2) Ausência de fotografias que possibilitem a visualização de elementos de pertencimento étnico, inclusive, ainda sobre este fator, os prontuários que possuem foto, no geral, não permitem a verificação desse dado, pois são em preto e branco. Feitas tais considerações, reuniram-se informações de 51 mulheres com a raça/etnia explícita e 89 não identificadas/não mencionadas. O resultado foi, então: 44 brancas, 6 pardas e 1 mulher preta.

O estado civil das mulheres presas e/ou perseguidas, conforme consta no maapeamento, diz respeito à sua situação no momento em que foram fichadas no Departamento de Ordem e Política e Social de Pernambuco (DOPS-PE). É válido ressaltar que, da mesma forma que a cor/raça não fora declarada no Prontuário Individual de tais mulheres, essa mesma situação se repetiu com algumas mulheres a respeito do estado civil delas.

Dos dados coletados, sobre 45 mulheres não há tal informação. Entre as que trazem, entretanto, esse dado, observamos uma diferença expressiva entre as mulheres casadas que somam 50 e solteiras com o quantitativo de 35 mulheres. Em seguida, encontramos informação de que 6 eram divorciadas, 3 eram viúvas e, por fim, 1 delas estava noiva.

O levantamento da classe social das mulheres revelou a participação expressiva da classe trabalhadora e da classe estudantil na militância política, o que dialoga com Campos (2019), cujos estudos esclarecem que, de um lado, temos a crescente massa de empresários enveredando por uma perspectiva mais conservadora de governo, sendo esta favorável à ditadura. Trabalhadores/as, entretanto, tanto do meio rural quanto urbano, como também a classe estudantil, intensificaram suas ações nas mobilizações do campo progressista.

Em consonância com esta linha de pensamento, Fontes (2010) faz uma reflexão sobre essa tendência empresarial conservadora, pois, para ele:

A modernização capitalista acelerada – a ferro e fogo – sob a ditadura militar, entretanto, aprofundaria as formas associativas preexistentes – aparelhos privados de hegemonia – em grande parte ligados aos próprios setores dominantes e expressando interesses corporativos empresariais, uma vez que a seletividade repressiva e autocrática estrangulava as vias de crescimento das entidades organizativas populares (pp. 224-225).

Tais fatos dialogam com o levantamento de dados registrados no mapeamento, pois, das 140 mulheres com registros de ocupação, afora as 20 cuja documentação não registra ocupação e as 39 ligadas ao movimento estudantil (secundarista e universitário), consta que são 82 as mulheres da classe trabalhadora. Sobre a profissão destas últimas, são muitas as encontradas. As mulheres cuja classificação nas fichas as coloca como “trabalhando em casa” somam 14, sendo registradas 12 domésticas e 2 donas de casa. Também encontramos 4 assistentes sociais, 14 professoras, 3 costureiras, 9 funcionárias públicas, 4 médicas, 3 operárias, bancária, 2 enfermeiras, 3 economistas, 3 comerciárias, pintora, 4 advogadas, 1 auxiliar de escritório, 1 freira, 1 jornalista, 2 psicólogas, 1 técnica de desenvolvimento social, 3 sociólogas, 1 antropóloga, 1 bailarina folclórica, 1 recreadora infantil, 1 geógrafa e 1 nutricionista.

Tais ocupações mostram a diversidade profissional entre as militantes e desmistifica o fato de seu perfil político estar atrelado a uma ou outra formação específica. Por certo não se pode negar o peso tático do movimento estudantil, responsável direto por muitas das ações desenvolvidas pelos movimentos de esquerda, sobretudo quando consideramos que foram os e as estudantes que, dentro dos seus diretórios acadêmicos criaram, imprimiram e distribuíram panfletos, acionaram colegas para os comícios, entre outras iniciativas que fizeram com que o movimento estudantil, ao lado dos movimentos dos trabalhadores, obtivesse muitas das conquistas da esquerda brasileira. Nas análises deste estudo, foi importante perceber que havia mulheres de muitas ocupações e que, a despeito de uma formação específica, foram distintas as origens sociais e as ocupações daquelas que adotaram, em espaços marcados pela censura, um posicionamento político de esquerda, fato que nos ajuda a registrar, na escrita da história, uma outra perspectiva de ser mulher, para além da recatada e do lar e menos afeita às causas políticas, ou seja, o perfil que se almejava para as mulheres do período ditatorial.

Quando adentramos o grau de escolaridade das mulheres objeto deste estudo e sua formação especificamente, os dados apresentam 82 com curso superior, 3 mulheres encontravam-se na fase ginásial, 1 no industrial, 1 no científico, 16 mulheres com ensino secundário completo, 1 com ensino secundário incompleto, 7 mulheres no ensino primário e 2 mulheres foram descritas como alfabetizadas e 1 como analfabeta – nas demais fichas policiais não consta tal informação.



FILIAÇÃO PARTIDÁRIA, ORGANIZAÇÕES CLANDESTINAS E REDES DE SOCIABILIDADES

As formas de resistência política contra o regime civil-militar contemplaram também a inserção de mulheres em organizações e partidos políticos clandestinos, com o claro objetivo de, conforme Reis Filho e Sá (1985, p. 7), “dirigir as lutas sociais e políticas do povo brasileiro, encaminhando-as no sentido de liquidação da exploração social, da dominação do capital internacional e da construção de uma sociedade socialista”. Dos resultados advindos do mapeamento, em um universo de 140 mulheres, as fichas do DOPS, relativas ao marco temporal delimitado, registram o seguinte: “filadas” ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) – 1; ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) – 18; ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) – 8; ao Partido Operário Revolucionário (PORT – Trotskista) – 2; ao Partido Comunista Revolucionário (PCR) – 8; ao Partido Trabalhista (PT) – 1; ao Partido Operário Revolucionário (POR) – 3; Partido Operário Comunista (POC) – 16; não registradas as demais.

Para além dos partidos citados, outra informação pertinente é que, dentro desses partidos, existiam mulheres com mais de uma filiação – com esse traço, encontramos, 8 na amostra. Além disso, também consta no mapeamento a informação de 1 mulher que, embora não fosse filiada, tinha ligação com partidos de esquerda, devido ao seu cônjuge ser um filiado, e, por fim, 1 mulher que declarou não ter partido.

No tocante a outros tipos de organizações/movimentos/coletivos⁵ das quais as mulheres aqui contempladas fizeram parte e que foram arroladas nos processos no DOPS, estão: Seccional de Mauá da Ação Popular – 1; Ação Popular – 9; Organização Popular Militar – 2; União Nacional dos Estudantes – 1; Ação Libertadora Nacional – 4; Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares – 3; Ação Popular Revolucionária – 2; Ação Popular Marxista-Leninista no Brasil – 3; Organização Corrente – 1; Sociedade dos Amigos Soviéticos – 2; Movimento Sindical – 1; Movimento Cultural Popular – 1; Movimento Educacional Brasileiro – 1; Diretório Central dos Estudantes do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Curso de Ciências Sociais – 2; Juventude Operária Católica de Timbaúba – 1; Vanguarda Popular Revolucionária – 3; Ligas Camponesas – 1; Diretório Acadêmico de Pedagogia – 1; Ação Católica Brasileira – 1; não Informado – as demais.

Também dentro destas organizações existiam mulheres com mais de uma filiação, sendo 8 no total. Além disso, também consta no mapeamento a informação de 1 mulher que tinha ligação com a Ação Católica Operária, embora não fosse dessa classe, o que alerta para a forma como seus registros policiais foram feitos e para os modos de mobilizações daquelas que atuavam em prol da militância de esquerda. Sobre isso, é importante registrar que um dos *modus operandi* de quem atuava clandestinamente era o deslocamento sistemático, promovendo a causa

5 Para mais informações sobre estas organizações, ver a obra de Reis Filho e Sá (1985).

socialista entre os sindicatos, associações, movimentos e similares. A história brasileira tem vários desses exemplos registrados. Sob a “política de deslocamento” das agremiações de esquerda, muitas mulheres se mobilizaram, deixando sua vida pessoal em segundo plano.

A adesão dessas mulheres a tais partidos e/ou organizações e/ou coletivos de classe ocorre de maneiras distintas e, segundo os dados que compuseram o mapeamento, a maior parte se deu a partir das relações com parentes, amigos ou cônjuges que as aproximaram desses locais como também a partir do próprios interesses delas ao se depararem com as investidas autoritárias que o regime civil-militar impunha, estes advindos, na maioria das vezes, por suas prévias atuações em alguns dos movimentos cristãos progressistas.

REDES DE SOCIABILIDADE/APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS EM SUAS TRAJETÓRIAS

O conceito de sociabilidade sobre o qual está fundamentada esta análise é definido por Baechler (1995, p. 66) como sendo a “[...] capacidade humana de estabelecer redes, através das quais as unidades de atividades, individuais ou coletivas, fazem circular gostos, paixões, opiniões, etc.”. Assim, definido tal conceito, esta análise se dá com foco nas redes de sociabilidade dessas mulheres, buscando identificar, justamente, o ponto que as une, em especial, o que se refere às suas trajetórias formativas.

Quando se põe em destaque este aspecto, conclui-se que, dos resultados alcançados do mapeamento, podem-se classificar em 4 tipos as redes de sociabilidade dessas mulheres, no tocante à formação política, sendo:

- 1) Sociabilidade por parentesco, uma vez que esta se dá por intermédio de pai, mãe, irmão, irmã etc., que já estavam envolvidos na militância;
- 2) Sociabilidade, por meio de relacionamento amoroso, sendo o par romântico, já envolvido com algum partido político, grupo ou pauta política, logo motivação para adentrar em movimentos de disputa política. Tais tipos de relacionamento favoreceram conhecer pessoas, grupos e partidos que condiziam com seus ideais;
- 3) Sociabilidade por gênero – para além de companheiros e parentes, a socialização entre as mulheres militantes ocorreu entre aquelas colegas e/ou conhecidas militantes que vivenciavam a oposição ao governo autoritário e que serviram de inspiração política. Essas representavam um outro modo possível de ser mulher, desta feita no espaço político.
- 4) Por fim, também identificamos, entre as motivações para adentrar o campo político de luta, o envolvimento, a depender da faixa etária e do lugar ocupado na sociedade, com partido/grupo/agremiação política. Este se deu no envolvimento com o movimento estudantil, com partidos políticos e movimentos sociais outros, a exemplo de grupos artísticos.

Ao fazer a análise dos processos policiais individuais bem como de bibliografias que têm por objetivo trazer a memória de presos e/ou perseguidos políticos,



notamos padrões nas formas de contato com a militância política. Cabe ressaltar, entretanto, que os padrões acima descritos como formas de sociabilidade não traduzem a participação feminina, sobretudo no tocante à crença de uma suposta passividade aos contatos sociais que permeiam suas relações. Numa mirada mais atenta e tendo como perspectiva de análise a ideia de poder de Perrot (2007), compreendemos tais engajamentos como táticas de ação que, embora estejam predefinidas androcentricamente como secundárias, inferiores ou menores, foram as formas encontradas de participação política. Isto porque não podemos desconsiderar que as lutas políticas das mulheres é fruto de suas próprias motivações, fruto de suas sensibilidades, subjetividades e visões de mundo, estas por sua vez fincadas e guiadas por seu gênero.

Neste sentido, o mapeamento apontou para a grande pluralidade de lugares de enunciação que estas mulheres ocuparam ao longo de suas trajetórias. Para compreender que tipos de lugares eram esses, selecionamos uma amostra de mulheres representativa de coletivos, necessária pelas limitações espaciais do artigo, buscando demonstrar a amplitude de suas ações e de sua atuação no campo político ditatorial.

NO MOVIMENTO ESTUDANTIL - RANÚSIA ALVES RODRIGUES

Ranúsia Alves Rodrigues foi uma importante figura feminina que, desde muito jovem, se engajou na militância política ao se sensibilizar com as questões sociais pelas quais passavam o país com a crescente onda autoritária do regime civil-militar.

Estudante do curso de enfermagem na Universidade Federal de Pernambuco, Ranúsia foi eleita presidente do Diretório Acadêmico da Escola de Enfermagem da UFPE, em 1968; neste mesmo ano, foi eleita como delegada do 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes. Há que se registrar que no final deste ano, como forma de combater os movimentos de oposição ao regime, sobretudo do movimento estudantil, foi instituído o Ato Adicional n. 5, responsável pela fase mais dura do regime, uma vez que, a partir desse Ato, se podia prender, torturar, cassar, em nome da Lei de Segurança Nacional que enquadrava como criminosas todas as pessoas que dele discordassem.

Segundo dados do DOPS, essa mulher fora membro do Comitê Universitário do Partido Comunista Revolucionário em Pernambuco, sofreu perseguições do regime autoritário; uma delas foi a cassação dos seus direitos estudantis com base no Decreto-Lei 477, de 26 de fevereiro de 1969, que determinava, entre outras coisas que:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o parágrafo 1º do Art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, DECRETA: Art. 1º Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou



empregado do estabelecimento de ensino público ou particular que: [...] III - Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados ou dêle participe; [...] Parágrafo 1º As infrações definidas neste artigo serão punidas: [...] Se tratar de aluno, com a pena de desligamento, e a proibição de se matricular em qualquer outro, estabelecimento de ensino pelo prazo de três (3) anos (Decreto-Lei 477, de 26 de fev. 1969).

Ainda que estivesse com seus direitos estudantis cassados, Ranússia não deixou de atuar na militância política, se mudando para o Rio de Janeiro, onde realizava reuniões do partido em sua casa. Ranússia foi presa e morta pelo DOI/CODI/I Exército em 27 de outubro de 1973, aos 28 anos, deixando um legado de luta que serve de exemplo para as mulheres do movimento estudantil contemporâneo.

NA EDUCAÇÃO POPULAR – MARIA AÍDA BEZERRA COSTA

Maria Aída Bezerra representa aqui as muitas outras mulheres que atuaram em prol da educação no meio rural. Maria foi Pedagoga e atuou em conjunto com outras colegas no Movimento Educacional de Base (MEB), alfabetizando jovens e adultos, como técnica educacional. Com o seu trabalho de observação e organização dos trabalhadores rurais ajudou montar uma escola radiofônica.⁶

Além de educadora, Maria Aída se envolveu no sindicalismo rural e, no meio de debates e lutas, teve papel fundamental na fundação da Federação dos Trabalhadores Agrícolas de Pernambuco (Fetape), que reunia todas as tendências dos trabalhadores rurais. Essa organização foi importante para articular os trabalhadores rurais a realizar ações de melhoria de suas condições de trabalho e de vida, reivindicando esse direito por meio de greves, passeatas e ações de organização política. Neste movimento sofreu fortes repressões da polícia política do regime autoritário.

NA DENÚNCIA DOS CRIMES CONTRA OS DIREITOS HUMANOS – PAULINE REICHSTUL

Pauline Reichstul era filha de judeus poloneses e é uma das muitas estrangeiras que vieram ao Brasil trazida por seus familiares que fugiram da Segunda Guerra Mundial. A família se estabeleceu em São Paulo, onde ela cursou o Liceu Pasteur. Sua formação educacional também se expande para Israel, para Lousane e

6 Também chamado de “escolas pela rádio”, foi uma estratégia utilizada para realizar a educação das pessoas do meio rural para combater o analfabetismo. Esse movimento teve o incentivo da Igreja Católica, por intermédio da Rede Nacional de Emissoras Católicas (Renec). Para mais detalhes, ver Silva et al. (2014).



Genebra, na Suíça, onde concluiu seu curso de psicologia em 1970. Foi durante este período que Pauline teve contato com o movimento de estudantes brasileiros exilados, devido à ditadura civil-militar no Brasil.

Sua atuação se fez presente na divulgação, em órgãos da Europa, das violações dos direitos humanos, torturas e desaparecimentos de pessoas ocorridos no Brasil. Além disso, Pauline também ingressou na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e na luta armada, depois de receber treinamento militar em Cuba. Em seguida, se fixou em Pernambuco com outros integrantes da VPR e, por isso, foi sequestrada e submetida a torturas dos agentes policiais da DOI/CODI em Pernambuco.

NA REPRESENTAÇÃO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA – MARIA DE LOURDES DA SILVA (A BADIA)

Sucessora das “tias” Viviana Rodrigues Braga (1867-1968), conhecida como Sinhá, e Emília Duarte Rodrigues (1870-1968), conhecida como Yayá, Maria de Lourdes da Silva foi um exemplo para a resistência da cultura afro-brasileira, que também sofreu perseguições durante a ditadura civil-militar. Maria de Lourdes nasceu e cresceu no Santo, ou seja, na religião dos Orixás, e dirigia a “Casa das Tias do Terço”, que era um espaço para o culto afro-brasileiro na cidade do Recife-PE.

Antes mesmo do golpe militar de 1964, a casa das Tias do Terço sofreu repressões policiais também em 1930. Apesar disso, as mulheres não se deslocaram de seu espaço de fé. Em 1964, como forma de resistência, ainda que não pudessem cultuar publicamente sua fé, as pessoas exerciam suas atividades religiosas às escondidas, de maneira disfarçada, em conjunto com outra casa, a “Sociedade de São Bartolomeu”. Há que se registrar que, no Brasil, nesta época, embora a Constituição (1967) previsse liberdade religiosa, algumas religiões eram acusadas de contrariar a ordem pública e os bons costumes, o que era punido com a força da Lei. Desse modo, resistir praticando sua fé também caracteriza o perfil feminino do período.

Estes são alguns exemplos de resistência presentes no mapeamento e que revelam a pluralidade dos lugares sociais que estas mulheres presas e/ou perseguidas ocuparam. Elas são do meio rural, urbano, de distintas religiões, do movimento estudantil secundário e superior, donas de casa e profissionais com ensino superior. Elas não são apenas da “pequena burguesia”, como consideram alguns, pois seus perfis são plurais, como plurais também são as suas origens e seus lugares de enunciação e seus repertórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pôr os holofotes da história na memória de resistência das mulheres militantes políticas, percebemos que, no Brasil, esta tarefa ainda é desafiadora, pois o aprofundamento na trajetória de militância e resistência política feminina carece de fontes

documentais que não foram preservadas, o que dificulta um estudo dessa amplitude. Não são apenas problemas como falta de pessoal, de instalações adequadas e de recursos, como alertou Pinsky *et al.* (2008), sobre os arquivos históricos no Brasil, mas um problema que envolve a preservação do tipo de documento e do direito à memória e à verdade sobre esse período da História, para além dos documentos sensíveis que são necessários revirar para tecer uma narrativa mais justa e menos androcêntrica, não apenas como “[...] um meio de reparação, mas desejo de compreensão, de inteligibilidade global”, como alerta Perrot (2007, p. 166).

Entendemos que é buscando a compreensão das trajetórias formativas das mulheres, o que contempla seus esforços, suas redes de sociabilidades, seus engajamentos, suas ações na militância política partidária, suas mobilizações e mobilidades, para além da formação escolar, que se desmistificam paradigmas existentes no que diz respeito ao papel feminino como seres passivos e como seres apolíticos e limitados ao espaço privado. Por isso, escrever a história das mulheres, como explicita Silva, “[...] é um chamado para a luta, desta vez com as armas da memória e da linguagem” (2017, p. 143). Além da compreensão e chamado para a luta, Perrot também nos alerta para a continuidade da história, que não é um fim, mas uma “História a continuar”, uma “História a se fazer” (2007, p. 169). História esta que não pode prescindir das memórias deste período sombrio, sob pena de retrocessos. Por isso é necessário desvendar seus labirintos, construir conhecimentos históricos e “educar para o nunca mais”. Por fim, é no trabalho de desvelamento das histórias das mulheres políticas que compreendemos que suas trajetórias são atravessadas por diferentes conflitos e, quando buscamos compreendê-los, é inevitável que ressaltamos suas resistências, suas lutas, suas formações, suas ações e sua militância movimentando a história, esta que se desvenda e se constrói continuamente.

REFERÊNCIAS

- Araújo, M. P. da Silva, I. P. e Santos, D. dos R. (orgs.) (2013). *Ditadura militar e democracia no Brasil: história, imagem e testemunho*. Ponteio.
- Amaral, J. J. F. (2007). *Como fazer uma pesquisa bibliográfica*. UFC.
- Baechler, J. (1995). Grupos e Sociabilidade. In R. Boudon (org.), *Tratado de Sociologia* (pp. 57-95). Jorge Zahar Editor.
- Braga, S. (2003). *Estado novo*. Cpdoc/FGV.
- Brasil (1937). *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*, 10 de novembro.
- Brasil (2014). *Comissão Nacional da Verdade*. Mortos e desaparecidos políticos. CNV.
- Campos, P. H. P. (2019). Ditadura e classes sociais no Brasil: as organizações empresariais e de trabalhadores da indústria da construção durante o regime civil-militar (1964-1988). *Outros Tempos: Pesquisa em Foco - História*, 16(27), 67-91. <https://doi.org/10.18817/ot.v16i27.650>.
- Fontes, V. (2010). *O Brasil e o capital imperialismo: teorias e história*. EPSJV/Editora UFRJ.



- Perrot, M. (2006). *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Paz e Terra.
- Perrot, M. (2007). *Minha história das mulheres*. Contexto.
- Pinsky, C. B., Bacella, C., Grespan, J., Napolitano, M., Janotti, M. de L., Funari, P. P., De Luca, T. R., Pacheco Borges, V. y Alberti, V. (2008). *Fontes históricas*. Contexto.
- Pernambuco (s/d). *Processos individuais*. Secretaria de Segurança Pública. Departamento de Ordem Política e Social. Arquivo Público do Estado de Pernambuco. Fundo: SSP/DOPS/Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.
- Pernambuco (s/d). *Processos de indenização de ex-presos políticos*. *Acervo Cepe*. Recife.
- Pernambuco (2017). *Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara – Relatório Final V1 e V2*. Cepe, Recife.
- Reis Filho, D. A e Sá, J. F. de (1985). *Imagens da revolução: Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Ed. Marco Zero.
- Silva, T. E. C. (2017) *Memórias femininas no Bom Pastor-PE: Gênero, repressão e resistência durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)* [Dissertação de Mestrado em História]. Universidade Federal da Paraíba.
- Silva, M. M. P. *et al.* (2014). A escola radiofônica: Do surgimento ao declínio da experiência educativa do MEB. *Anais da Semana de estudos, teorias e práticas educativas*, 1-9. <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/8069>
- Thompson, E. P. (2004). *A formação da classe operária inglesa - A árvore da liberdade*. V. I, Paz e Terra, Rio de Janeiro.

Recepción: 02/08/2024

Aceptación: 22/09/2024

